

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 19

Sessão Ordinária

24 de Fevereiro de 2017

APROVADA POR MAIORIA.
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/04/2017.



-----Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 11 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 05 de dezembro de 2016;-----
- 12 Informação de Correspondência;-----
- 13 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Aprovação das Cláusulas Contratuais do Contrato de Empréstimo em Regime de Conta Corrente – Curto Prazo – Ratificação;-----
- **PONTO 3** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo – Apreciação do Relatório de Atividades do Ano de 2016;-----
- **PONTO 4** - Nomeação do Revisor Oficial de Contas; -----
- **PONTO 5** - Acordo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Carviçais;-----
- **PONTO 6** - Adesão ao Agrupamento de Produtores de Carne de Porco Bísaro;-----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----José Mário Leite;-----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----

-----João Augusto Leonardo;-----

-----Maria Helena de Sousa Bernardino;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Luís Manuel Gonçalves Almendra (*Em substituição do deputado Luís Miguel Meneses Macedo*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilariça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Alves Salema;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Maria de Fátima Salvador Gonçalves;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----José Carlos Cordeiro – Açoreira;-----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Castedo;-----

-----António Júlio Sá Andrade – Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Mós;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Afonso Henrique Alagoa – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de **vinte e cinco** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:**-----

-----**José Mário Leite** – Presidente da Mesa;-----



-----**Cristina Alexandra Pantaleão Trindade** – 1.ª Secretária;-----

-----**João Augusto Leal Leonardo** – 2.º Secretário.-----

-----**Faltas:** Faltaram os seguintes deputados:-----

- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Luís Ricardo Rebouta Macedo Da Silva Ferreira (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Ademar Augusto Rodrigues Alves (PS) que não justificou a falta;-----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Coordenador Técnico Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar, então, à Apreciação e votação da ata.-----

1.1 Ata n.º 16 da Sessão Ordinária realizada em 05 de Dezembro de 2016. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Maria de Fátima Salvador Gonçalves** (PS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) e **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Quer corrigir? Faça favor, então. Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Gonçalves. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Bom dia a todos. -----
Aqui na página 9, quando eu li a moção, eu li e depois apresentei por escrito. Há aqui uma repetição: há a moção que eu li, e depois há outra vez – transcrita a minha leitura, e está outra vez copiada a moção que foi apresentada em papel. Acho que há aí uma repetição. Os dois parágrafos estão iguais, na página 9. Penso que é na página 9. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, tanto quanto eu li, há a transcrição da sua moção, e há a sua intervenção. O facto de ser repetida não tem qualquer problema. Mais alguma questão, Sra. Deputada? -----

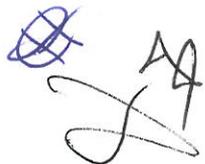
-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Há também aqui – que eu penso que foi talvez, se calhar, um lapso – na intervenção do Sr. Vice-Presidente, quando diz: “Eu falo se ela se calar”, eu penso que o Sr. Vice-Presidente queria dizer: “Se a deputada se calar”. “Se ela...”, é assim um bocado... Está bem? Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, essa foi a intervenção do Sr. Vice-Presidente, só ele é que poderá corrigi-la. Fica registada a sua questão. Muito obrigado. -----
Faça favor, tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Na página 55, eu na altura não ouvi bem, é uma intervenção do deputado António Júlio Andrade, diretamente à minha pessoa, dizendo que eu votei contra o pagamento dos transportes a alunos em escolaridade obrigatória. Eu só queria que ficasse registado também em ata que isto não é verdade, eu nunca votei contra pagamento de transportes a nenhuns alunos em escolaridade obrigatória. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Fica registado o seu reparo, Sr. Deputado. Muito obrigado, Sra. Deputada, fica registado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Muito bom dia a todos. -----
Não era para intervir neste ponto, mas uma vez que estamos a falar da ata, Sr. Presidente, estes gráficos – aliás, eu pensei que o que era transcrito para a ata seriam as intervenções; tudo o que fosse gráficos, ou quadros, ou outro tipo de informação, teria que vir como anexo (digo eu, não sei se seria assim). Mas, em todo o caso, a minha questão é: o Sr. Presidente foi



buscar a segunda parte – ou seja, os elementos gráficos que demonstrou – a que parte é que foi buscar esta informação? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Com certeza, Sr. Deputado. A intenção das intervenções será dar o maior esclarecimento possível, e entendo que não ficaria legível se não houvesse a parte gráfica que aqui foi apresentada. De outra forma, não seria apresentada. Todos esses dados foram recolhidos junto dos sites, junto das páginas de internet dos diferentes municípios. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** É que, de facto, eu também andei à procura, e não consegui ver estes dados. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu posso enviar-lhe essa documentação, que eu tenho toda comigo. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Essa era a outra parte: é que, de facto, de futuro, seria entregue antes aos deputados, para também termos essa análise, e não no próprio dia. Seria isso o correto. -----

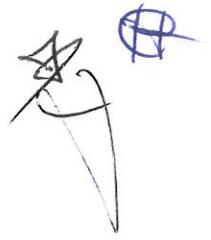
-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, farei isso, com certeza. -----
Mais alguma intervenção? Vamos, então, proceder à votação da ata, de novo, dado que estas intervenções podem eventualmente alterar o sentido de voto. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 24 votos a favor, e 1 abstenção (*do deputado José Manuel Rodrigues Aires (PS)*), **aprovar** a ata. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa leu um resumo da correspondência recebida, registada sob os números 171 de 2016 a 16 de 2017, inclusive, o qual foi distribuído antecipadamente, a todos os deputados, e informou que a mesma estava à disposição de quem pretendesse consultá-la:-----

- ✓ **Deputado Luís Miguel Macedo** – Pedido de substituição; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 28 de novembro de 2016; -----



- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Informa das atividades que se irão realizar ao longo do mês de dezembro de 2016; -----
- ✓ **Boletim da Assembleia da República – Mês de dezembro** – Envia o boletim do mês de dezembro; ---
- ✓ **Deputada Luísa Maria Pinto Ferreira** – Justifica a sua ausência na reunião de Assembleia realizada a 5 de dezembro; -----
- ✓ **Deputado Luís Ricardo Ferreira** – Pedido de substituição, com justificação de ausência; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Newsletter; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Rota do Lobo; -----
- ✓ **Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Projeto de Resolução** – Dá a conhecer o projeto de resolução relativamente à garantia de uma escola inclusiva, através da promoção da língua gestual – agendado para discussão no dia 16 de dezembro; -----
- ✓ **Proposta de espetáculo** – Paulo de Carvalho;-----
- ✓ **Município da Moita** – Deseja umas boas festas; -----
- ✓ **Hugo Silva** – Deseja as boas festas a todos os membros da Assembleia Municipal; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta da Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Grupo Parlamentar “Os Verdes”** – Iniciativa legislativa; -----
- ✓ **Junta de Freguesia de Felgar** – Deseja umas boas festas;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Deseja um feliz natal e um próspero ano de 2017;-----
- ✓ **Junta de Freguesia de Castedo** – Deseja umas boas festas; -----
- ✓ **Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo** – Deseja um feliz natal e próspero ano de 2017; -----
- ✓ **Junta de Freguesia de Lousa** – Deseja um próspero ano de 2017; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Newsletter n.º 67;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta da Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta da Reunião de Câmara; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Passeio Pedestre;-----
- ✓ **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo** – Comunicação de faltas; -----
- ✓ **Teatro Municipal de Bragança** – Agenda de Programação; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta da Reunião de Câmara; -----
- ✓ **Serviços de ação social, habitação e cantina de Torre de Moncorvo** – Reunião do Conselho Municipal de Educação;-----
- ✓ **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo** – Relatório de Atividades 2016;-
- ✓ **Serviços de ação social, habitação e cantina de Torre de Moncorvo** – Reunião do Conselho Municipal de Educação; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Edital; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Newsletter n.º 68;-----



- ✓ **Assembleia Municipal de Viseu – Moção** – Enviou para conhecimento o teor da moção aprovada pela Assembleia Municipal de Viseu: “Moção pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os por Universidades Politécnicas ou Universidades de Estudos Avançados, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor”; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo – Apresentação de livro** – Informa da apresentação do Livro “Memórias – Vida e Coragem de uma Família”, no dia 5 de fevereiro de 2017; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo – Minuta da Reunião de Câmara**; -----
- ✓ **GTI – António Oliveira** – Campanhas de Comunicação. -----

Convites:

- ✓ **Ministro do Ambiente e Ministro da Educação – Estratégia Nacional de Educação Ambiental** – Convida para estar presente na Sessão de Lançamento da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, no dia 14 de dezembro de 2016, pelas 15h00; -----
- ✓ **Câmara Municipal de Bragança – Comemorações** – Convida para estar presente nas comemorações dos quinhentos e cinquenta e três anos de Bragança Cidade, no dia 20 de fevereiro de 2017, pelas 18h00. -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS), **Maria de Fátima Salvador Gonçalves** (PS), **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS), **António Alves Salema** (PS) e **José Manuel Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Eu gostaria de fazer uma pequena comunicação:-----

“O facto de morar na região de Lisboa proporcionou-me a possibilidade de, enquanto cidadão, poder, livremente, ir prestar o meu preito, homenagem e gratidão ao maior e mais marcante vulto da história portuguesa recente. No Mosteiro dos Jerónimos, onde se celebram e evocam os feitos heroicos de tantos portugueses que da lei da morte se foram libertando, a figura tutelar de Mário Alberto Nobre Lopes Soares enchia os seus vetustos claustros irmanando-se com todos os que, com sacrifícios, determinação e espírito de missão dedicaram a sua vida na contribuição do engrandecimento pátrio e da melhoria de vida de todos os cidadãos lusitanos.-- O Portugal político, religioso e civil deslocou-se em peso a Belém para prestar o incontornável



tributo ao português que ao longo de sete décadas dedicou toda a sua vida, a sua energia, o seu prestígio e a sua inteligência à defesa da liberdade, da igualdade de oportunidades e justiça social para o povo que sempre enalteceu e defendeu contra todos as ameaças e ataques de que foi alvo, interna e externamente. Homem livre e corajoso, nunca se coibiu de manifestar a sua opinião e defender o que, em seu entender, era o mais apropriado para a melhoria do bem comum, mesmo quando essa opinião chocava com a tese oficial do Partido que fundou e dirigiu, ou mesmo com a solução defendida pelos seus amigos mais próximos e diletos. -----

O ideólogo do socialismo democrático português foi um homem culto e defensor da cultura e dos artistas lusitanos. Justo foi o agradecimento que os artistas lhe devotaram, ali, nas margens do mesmo Tejo onde ao lado do Velho do Restelo, tantos homens e mulheres sonharam a obra de vulto mundial que ali nasceu. -----

Nesta Assembleia que, ao nível local, concretiza o objetivo da luta de uma vida deste cidadão enorme, só pode haver uma expressão que testemunhe o sentimento comum de legítimos e democráticos representantes populares: Obrigado Mário Soares!" -----

Tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Muito bom dia, mais uma vez. -----

Sr. Presidente da Mesa, o Grupo Parlamentar do PSD/CDS-PP ficou preocupado com a sua preocupação na última Assembleia relativamente a uma associação, que é a Associação de Municípios do Douro Superior. E por isso mesmo, por essa razão, fomos junto das entidades, tanto da Associação de Municípios, como do Município de Torre de Moncorvo, tentar perceber as razões também da sua preocupação, quando também explana que o Município de Moncorvo é que andaria a pagar os resíduos sólidos de outros municípios. Nós gostaríamos também que constasse em ata essa documentação que foi entregue, a par da que ficou também na última Assembleia. E, de facto, quando o Presidente nos explica, naquela mapa das dotações iniciais – das dotações que são as iniciais, e não as finais – ou seja, faz referência ao total da dotação inicial, se bem que desse total também não é só a Associação de Municípios do Douro Superior, também há a Associação de Municípios do Baixo Sabor. -----

Depois, juntamente com os serviços da autarquia, eu gostaria de ler a explicação dada também por eles relativamente às verbas que são transferidas para a Associação de Municípios. Os restantes membros já têm esse documento, mas contudo, eu vou ler. -----

Estes mapas contêm, para além das dotações iniciais contempladas por ano em cada Orçamento, como podem ver, a evolução dos encargos assumidos ao longo de cada ano, e também a separação das despesas correntes e de capital vertidas em projetos, ações dos Planos de Atividades Municipais de cada ano. Ou seja, os valores apresentados pelo Sr.

Presidente da Assembleia Municipal são os totais por classificação económica, e não por projeto / ação. As dotações iniciais dos Orçamentos são previstas, as quais podem, ao longo de cada ano, sofrer alterações, sendo estas para mais (quando se trata de um reforço), ou para menos (quando se trata de uma diminuição orçamental). -----

Assim, no ano de 2012, em relação às despesas correntes referentes à Associação de Municípios do Douro Superior, dos encargos assumidos dos anos anteriores, no montante de cento e setenta e dois, cento e oitenta e três, ponto quarenta e quatro (172.183,44€), foram tornados encargos no montante de noventa e seis, quinhentos e quatro, ponto vinte e quatro euros (96.504,24€), tendo sido cabimentados setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove, ponto vinte (75.679,20€), mais os encargos do ano, no montante de dez mil, oitocentos e dezasseis, ponto oitenta (10.816,80€), o que totaliza encargos assumidos no montante de oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e seis (86.496€), e não dos iniciais, que eram os cento e setenta mil, cento e sessenta (170.160€). Correto? Convém também acompanhar pelo quadro, porque eu acho que até está explícito. -----

Já em relação às despesas de capital referentes aos resíduos sólidos urbanos, estes tiveram que ser reforçados no montante de duzentos e quarenta e três mil e quatrocentos euros (243.400€). É de salientar que os encargos no montante de trezentos e cinquenta e cinco, duzentos e oito, ponto setenta e quatro (355.208,74€) transitaram do ano, e trezentos e dois mil, novecentos e vinte e dois euros (302.922€) dizem respeito ao acordo de regularização de dívida, terminando este apenas em dezembro de 2016 – dívida essa contraída pelo Executivo anterior. Nos encargos do ano apenas constou a fatura de janeiro a agosto, sendo os restantes meses considerados em 2013. Ou seja, no primeiro ano, em 2012, estão cabimentados até agosto. -----

No ano de 2013, houve necessidade de proceder a um reforço para o lançamento de dívida de anos anteriores, no montante de sessenta e dois mil, novecentos e um, ponto trinta e seis euros (62.901,36€). Nas despesas de capital, também se procedeu a um reforço no montante de quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta euros (421.850€), para permitir o lançamento de dívida de anos anteriores, no montante de quatrocentos e doze mil, seiscentos e sessenta e sete, ponto dez (412.667,10€), e encargos do ano no montante de quatrocentos e dezoito, oitocentos e setenta e dois, ponto vinte e oito (418.872,28€). -----

No ano de 2014 – e este foi o ano em que incorporámos o valor total da dívida – celebrou-se um novo acordo de regularização de dívida, no montante de quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e sete, ponto quarenta e um (548.637,41€), para pagar dívidas para com a Associação de Municípios, que vinham, algumas, desde 2010. E também gostaríamos de questionar o Executivo relativamente a este empréstimo, como é que ocorreu este empréstimo, quais foram os contornos deste empréstimo, se houve legalidade nestes empréstimos. As



despesas correntes foram reforçadas em cento e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e cinco, ponto sessenta e nove (187.835,69€), para permitir o lançamento de dívida de anos anteriores, no montante de duzentos e noventa e oito, quinhentos e setenta e nove, ponto quinze (298.579,15€). Já as despesas de capital foram reforçadas em vinte e quatro mil, seiscentos e noventa, ponto zero três (24.690,03€), sendo quinhentos e trinta e seis mil, cento e trinta e cinco, ponto setenta e quatro (536.135,74€) referentes a documentos lançados dos dois acordos, e quatrocentos e sessenta e um, duzentos e doze, ponto onze (461.212,11€) encargos do próprio ano. -----

Nos anos de 2015 e 2016, pôde verificar-se que tanto as despesas correntes, como as de capital, referentes à Associação de Municípios do Douro Superior, não necessitaram de reforços, o que significa que a provisão inicial chegou para cobrir a totalidade dos encargos, tanto de acordos, como dos do próprio ano – aliás, chegou-se ao final do ano com uma dotação corrigida abaixo do inicialmente previsto. -----

Em relação ao ano de 2017, ainda é cedo, como é óbvio, para fazer este tipo de análise, uma vez que ainda estamos praticamente no início do ano, mas pode afirmar-se que em relação à dotação inicial das despesas de capital, nomeadamente as referentes aos resíduos sólidos urbanos (trezentos e quarenta e dois, trezentos e sessenta e um, ponto vinte e cinco (342.361,25€)), dizem respeito ao acordo, e o restante diz respeito à previsão da faturação anual. -----

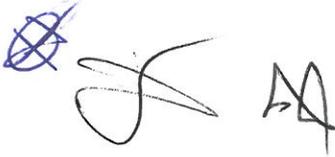
Para terminar, e relativamente aos gráficos, Torre de Moncorvo efetua o pagamento daquilo que tem que efetuar, bem como os outros municípios. Se verificar, Mogadouro é o que paga mais, por uma questão de capitação. -----

A sua preocupação em relação – e eu tenho que voltar a referir isto – à Associação de Municípios, acho que é em demasia, Sr. Presidente; acho que há outros assuntos mais importantes para serem tratados nesta Assembleia, que não os da Associação de Municípios do Douro Superior. -----

É tudo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Fátima Gonçalves, faça favor. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Em relação aos interesses para a nossa vila, que é uma coisa que todos nós queremos, acho que é comum a todos, eu trago aqui uma coisa muito simples, e que se calhar é complexa, que é a Associação Cultural de Torre de Moncorvo, ou seja, a que está afeta a Rádio de Torre de Moncorvo. A Rádio de Torre de Moncorvo foi uma luta durante muitos anos – foi pirata, conseguiu-se legalizar; neste



momento, a rádio está praticamente inativa, está fechada. Eu, por acaso, até tomei a liberdade de ir-me inscrever como sócia nesta associação, eu e outras pessoas; foi-nos vedado o acesso à inscrição das fichas, porque não existem fichas, não existe livro de atas, foi-nos dito pelo Presidente da Associação Cultural, da Rádio, Sr. Miguel Brazão. Também nos foi dito que não há dinheiro, nem sequer para pagar com a luz, e eu tive até uma “pega” com o senhor, porque teimei que a Câmara tinha, no Orçamento, verbas para todas as associações; ele teima que para a RTM, ou para a Associação Cultural, não tem. Eu fui retificar, em casa, li, e realmente tenho que dar o braço a torcer, não está lá explicitamente que a autarquia lhe dá qualquer subsídio. -----

Entretanto, os estatutos também não existem, mas eu tive acesso aos estatutos (alguém tinha uma cópia). Os sócios não pagam quotas, a Câmara, realmente, não dá nada para aquela associação. E eu não quero estar a “levantar lebres”, nem estar a acusar ninguém, mas tenho conhecimento que nestas terras mais pequenas, as ondas estão a ser compradas pela M80 e pela IURD – valores que não são simbólicos, que chegam aos seiscentos mil euros (600.000€). É portanto, a rádio, e toda a população queria a rádio aberta, porque acho que é um direito a todos. A associação, todos podemos ser sócios, todos podemos ajudar esta associação, para impulsionar de novo a rádio, que penso que está numa situação ilegal. É um assunto preocupante aqui para nós todos, Moncorvenses. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Muito bom dia a todos. -----
Como Presidente de Junta, eu e os colegas de Junta de Lousa, Cabeça Boa e Horta da Vilarça, tivemos oportunidade de ir a Lisboa, à Aula Magna, a convite do Exmo. Sr. Presidente da República às Juntas de Freguesia, no qual acabámos por representar o Concelho de Torre de Moncorvo, e diga-se, a quem tive oportunidade de transmitir, ao Sr. Presidente, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que prontamente agradeceu e encetou cumprimentos aos restantes Presidentes de Junta do Concelho de Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Alves Salema. -----

-----**O Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. -----
É muito rápido. Eu não queria deixar passar a intervenção do Sr. Presidente da Assembleia



Municipal, e quero congratular-me com essa posição do Sr. Presidente, e da explanação que acabou de ler sobre o Mário Soares. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Manuel Rodrigues Aires:** Muito bom dia a todos. Queria começar por cumprimentar o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e em seu nome todos os deputados aqui presentes, cumprimentar também o Executivo Municipal e os funcionários da autarquia. -----

Nesse sentido, a minha intervenção é também no sentido da intervenção do deputado Salema, que neste sentido me revejo também na declaração que o Sr. Presidente efetuou, relativamente ao ex-Presidente Mário Soares. E era só para dizer que me revejo inteiramente nas suas palavras. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. -----

Relativamente ao Sr. Deputado José Meneses, eu queria dizer só e apenas duas coisas. ----- Quando o Sr. Deputado diz que a minha preocupação é recorrente relativamente à Associação de Municípios, é porque tem conhecimento de que ela não é de agora. Portanto, eu congratulo-me que finalmente tenha dados, que ando há muito tempo a pedir, e que nunca me foram fornecidos. -----

Mas, também quero dizer o seguinte: aquilo que se discutiu no dia 5 de dezembro foram Orçamentos; o que o senhor me apresenta aqui são execução, que será discutida em abril. Eu olharei atentamente para estes dados, obviamente que se houver dados que eu queira contrapor, enviá-los-ei a todos os deputados atempadamente, para que possa haver uma discussão franca, aberta, e obviamente que se houver erros da minha parte, imediatamente os assumirei, sem qualquer reboço. Agora, o que eu apresentei, a minha exposição, que eu fiz no dia 5 de dezembro, tinha a ver exclusivamente com Orçamentos, porque eram Orçamentos que nós estávamos a ver. Os Orçamentos são públicos, estão todos nas páginas das respetivas autarquias, mas eu tenho-os comigo, eu posso enviá-los a todos os Srs. Deputados. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----



-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Maria de Fátima Salvador Gonçalves** (PS), **António Júlio Andrade** (PS), **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS), **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS), **António Manuel Martins** (Coligação PSD/CDS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS) (PS) e **José Manuel Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para nos falar da Apreciação da atividade municipal e da Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado a todos. Muito bom dia. Se me permitirem, e a título excepcional, hoje iria falar sentado. Muito obrigado. -----

A informação escrita que o Executivo vos trouxe, para além daquilo que é o normal num trimestre, que o Município faz, dou-vos conta de algumas coisas que entendemos que foram importantes, e que também tiveram a ver com o contributo desta Assembleia Municipal, e muito particularmente com os Srs. Presidentes de Junta e com os funcionários do Município, que foi no âmbito do investimento de coesão, as candidaturas ao POSEUR. É um problema que nós tínhamos, era uma bandeira que era erguida quanto ao saneamento e quanto ao fecho das ETAR's, que estaria com noventa por cento (90%), a verdade é que conseguimos que o valor global – até este momento ainda não está fechado para as candidaturas que foram aprovadas – seja de um milhão, noventa e oito mil, cento e sessenta euros (1.098.160€), o que vai permitir que em grande parte do concelho sejam finalmente fechados os sistemas elevatórios, os sistemas de saneamento e os sistemas de ETAR. -----

Quero também dizer-vos que foi elaborado o Plano Municipal para a Igualdade, em colaboração com a Comissão de Cidadania e Igualdade do Género. -----

Finalizou-se o Banco de Saúde, com a Associação "Cuidar Solidário", que vai permitir assinar um protocolo em que, como vos disse, todos os idosos que tenham rendimento abaixo do IAS tenham a possibilidade de ter medicamentos gratuitos no concelho, o que é importantíssimo. Não precisámos de ir para os jornais, nem para os telejornais – a nós que tanto nos acusam de propaganda – para os equipamentos de teleassistência estarem já a funcionar. Eu percebo que alguns sorrisos venham ao encontro daquilo que eu estive a dizer, porque serão sorrisos, certamente, de congratulação. -----

Portanto, foi aprovado também algo muito importante, que foi o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2017-2020. E isto tem algumas implicações, nomeadamente porque a Câmara decidiu, em Reunião do Executivo, abrir concurso, ou procedimento, para candidatar a alteração do PDM que, como sabem, normalmente demora três anos, e tem que estar pronto até 2020. Foi aberto esse procedimento, e estaremos em condições de também integrar este Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios. -----



Isto para vos dizer, na parte do que foi ocorrendo, acho que a animação de natal e de fim de ano, quem esteve cá viu que correu muito bem, e ligada não só aos mais novos, mas também aos menos novos. -----

E dar-vos conta de que eu vi aí, em alguns sites – pensei que me falassem também do tão propalado site sobre a transparência, e a autarquia, e eu ia dar-vos só um exemplo da cientificidade daquele estudo. Têm à vossa frente a situação financeira do Município, têm a ficha do Município, da DGAL, que eu fiz questão que os serviços também vos entregassem, onde podem ver que o nosso limite legal de endividamento são catorze milhões, setecentos e dez (14.710.000€), que o nosso limite, e a nossa dívida total, neste momento, está, com as contribuições, dívidas a terceiros, nos doze milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil (12.557.000€), temos uma variação da dívida para menos treze vírgula sessenta e oito (13,68%) do último trimestre, do terceiro para o quarto trimestre, o que nos possibilita uma margem absoluta para investimento de três milhões, trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e um euros (3.032.751€). Pois, naquele relatório sobre a transparência, Torre de Moncorvo aparece – só para vos dar este exemplo: endividamento líquido, vinte e sete mil, quatrocentos e seis (27.406€); passivo exigível, trinta mil, duzentos e trinta e sete (30.237€). Não sabemos onde é que o foram buscar. -----

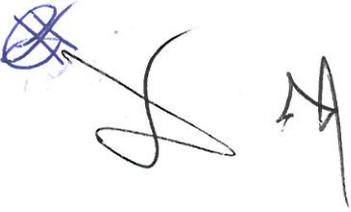
E para não deixar dúvidas, vou só citar o Presidente da Associação Nacional de Municípios, Dr. Manuel Machado – que é, como sabem, autarca eleito pelo Partido Socialista – que diz que no alegado índice de transparência municipal, foram detetados nele situações de incongruência e erros técnicos grosseiros. E depois, quem quiser, está publicado a 14 de fevereiro de 2017, no jornal “Público”, na íntegra. Ou seja, erros grosseiros, que no que diz respeito a Moncorvo, foram só vinte milhões de euros (20.000.000€) de dívida. -----

Eu não sei, Sr. Presidente, se posso responder também a algumas das questões.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sim, penso que sim, pode perfeitamente. Peço-lhe que seja breve.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu serei breve, até porque, como lhe disse, tenho que abandonar a reunião. -----

As verbas para a Associação Cultural de Torre de Moncorvo: eu não percebi, conseguiu fazer-se sócia, ou não? Não consegui. A questão é que a Câmara apoia todas as associações que tenham órgãos eleitos, que remetam as atas de tomada de posse dos órgãos e apresentem as declarações de não dívida, e que foi suspensa, no mandato do Eng.º Aires Ferreira, a atribuição da verba que lhe era destinada, a esta associação, porque não conseguiram enviar, nem ata de tomada de posse, nem quem eram os corpos gerentes, nem quem eram os sócios.



O regulamento que permite que as associações tenham direito a estas verbas obriga a que essa documentação chegue à Câmara Municipal. Logo que esteja regularizada a Associação Cultural, eu penso que deve existir. Se me perguntar se existe legalmente ou ilegalmente, não sei, porque não sou sócio. Está num edifício que a Câmara fornece gratuitamente, porque estava legal quando foi constituída. Agora, nunca mais enviou, desde o mandato – já não é no último mandato do Eng.º Aires Ferreira – nunca mais enviou quem são os sócios, quem são os corpos gerentes, e principalmente a ata de tomada de posse e de não dívida. Sem as certidões de não dívida, nós não podemos passar a nenhuma associação. É só isso que lhe queremos dizer. Agora, é um problema se é vendido; eu gostava que ficasse Rádio de Torre de Moncorvo, nisso estamos os dois completamente de acordo. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Gonçalves. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Ainda em relação a este assunto da rádio, a rádio é de Moncorvo; a rádio não é de ninguém propriamente, nem de uma família. Eu sou assim, sou aberta, quando tenho a dizer, digo. Está aqui um “bico de obra”, porque quando me dirigi – eu e mais pessoas – ao Sr. Presidente da Associação, o Sr. Presidente disse-nos que ia fechar a rádio. “Eu vou fechar a rádio. A rádio não tem luz, eu é que pago a luz, e a rádio vai fechar.” E nós, Moncorvenses, não queremos que a rádio feche. -----

Eu propunha aqui a todos os deputados, que somos todos Moncorvenses, e todos queremos a rádio, e os jovens principalmente estão ansiosos por fazer programas na rádio, por ver a rádio aberta, porque como disse o Sr. Presidente, é um local que é da Câmara, é cedido pela Câmara, por todos nós, que descontamos. A única forma que eu, depois de tanta volta dar à minha cabeça, e à Legislação da comunicação social, é mesmo uma providência cautelar, e acautelar que não seja vendida aquela onda de rádio. Mas, como sou um bocado leiga, e que também nunca fui sócia, e nunca estive lá, eu não sei a quem pertence a onda. A onda é desta Associação Cultural? É? Esta Associação Cultural, então, pode vender perfeitamente bem a onda. Não tem sócios; os sócios não pagam quotas, não há sócios. Não se pode convocar Assembleia Geral porque não há sócios; além de não haver sócios, não há uma Mesa de Assembleia; além de não haver uma Mesa de Assembleia, há, em 2002, uma carta de demissão do Sr. Miguel Brazão. Essa carta de demissão existe, ainda está tudo em standby; o Sr. Presidente da Assembleia, na altura, era o Sr. Vítor Aleixo, não sabe como “descalçar a bota”, e está aqui uma vila inteira que não sabe como “descalçar a bota”. Se fosse “à Maria de

Fátima”, a bota já tinha sido descalçada: eu ia lá abaixo e dava uma patada na porta, e acabou, e a rádio é do povo, mas não o quero fazer. -----

Portanto, eu queria, e gostava muito que nós todos aqui chegássemos a uma solução, antes que seja tarde demais. -----

Mais nada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Acerca da rádio, lamento, que não vejo outro fim a não ser o encerramento. Com muita pena minha, porque angariei os primeiros oitocentos contos para comprar o primeiro equipamento ao meu compadre Norberto Moreira, porque funcionava clandestinamente. Este assunto, acho que está encerrado. -----

Quero daqui aproveitar para saudar a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, porque pelo segundo ano consecutivo foi classificada como a Câmara mais transparente de Portugal. Acho que como vizinhos, fica bem congratularmo-nos. -----

Desejo associar-me às celebrações dos quarenta anos do Poder Local, e lamento que esta Assembleia nada tenha feito nesse sentido. A este propósito, quero daqui saudar dois membros da primeira Câmara eleita depois do 25 de abril, que ainda estão vivos: estou-me a referir ao Sr. Professor Costa, de Maçores, e ao Sr. Adelino Martins, da Lousa. Devo dizer que foram três anos fantásticos – na altura, o mandato eram três anos – foram três anos fantásticos. Os vereadores despiam a camisola do Partido antes de entrar na Câmara, os vereadores da Oposição tinham pelouros distribuídos, praticamente todos os dias vinham à Câmara tratar dos assuntos, foi um trabalho fantástico, bonito. E nessa altura, Moncorvo dava cartas na democracia; dava cartas. Eu recordo que naqueles tempos de 1975 – que foi chamado de “verão quente” – a sede do Partido Comunista em Bragança foi incendiada, a sede de Alfândega da Fé foi assaltada e os móveis todos para a rua, a sede de Mirandela foi incendiada – a de Bragança, não sei se foi incendiada, ou assaltada, mas a de Mirandela foi incendiada – e em Moncorvo celebrávamos o 5 de outubro desse ano com um comício na Praça da Fruta, onde discursou, em primeiro lugar, o nosso caro amigo de Carviçais, grande economista e deputado do Partido Comunista Português, Octávio Teixeira, depois o Sr. Dr. Ribeiro, falecido, de boa memória, e finalmente um membro do Partido Socialista. Eram tempos em que a democracia em Moncorvo primava. -----

E já agora devo dizer-vos, e desafio, devem ter sido os três anos de maior progresso em toda a história do Concelho de Moncorvo, e provo-o, com dois simples factos: primeiro, nesse mandato fizeram-se as obras de eletrificação em treze povoações do nosso concelho,

começando pelo Carvalho, Sequeiros, a Junqueira, a Foz do Sabor, os Estevais, Martim Tirado, Macieirinha, etc., e eram quatro eletricitistas que a Câmara tinha, foi tudo por administração direta. E essas nem foram as obras maiores no que diz respeito à eletricidade. Por exemplo, devo dizer-vos que a potência instalada aqui na Vila de Moncorvo multiplicou-se por cinco; na aldeia da Lousa, a rede mais do que duplicou, com a eletrificação de toda aquela zona do Bairro do Santo. O mesmo em Felgueiras, com as Eiras e Palheiros. E outras mais aldeias.-----

Mas, deixemos a eletricidade. Também pela primeira vez em Moncorvo se abriu uma rua fora do casco histórico. E não foi uma rua só que se abriu: abriu-se a da Romãzeira, a Rua Doutor João Leonardo, a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Moncorvo, todas as ruas do Bairro do Santo Cristo, aquele troço da Avenida Jorge Luís Borges (por onde passa o trânsito, que na altura havia a praça), e finalmente, todas as ruas do Olival Grande. -----

Depois, foram três anos em que se começaram a construir os grandes equipamentos de Moncorvo, como sejam: o Quartel dos Bombeiros, o Mercado Municipal, o Edifício GAT, o edifício da Câmara, ali ao lado ... E foi na altura em que se trouxeram serviços para Moncorvo. Eu recordo que o Sr. Costa vinha do Freixo ver o pai, passou por Foz Coa, e em Foz Coa teve conhecimento de que o Sr. Gouveia, que foi Presidente da Câmara, se tratava para instalar a zona agrária lá, e que o Sr. Ministro lhe tinha prometido. O Sr. Costa veio para aqui, logo nos reunimos, reunimos aqui, imediatamente contatos para Lisboa, e conseguiu-se que a zona agrária ficasse em Torre de Moncorvo. Bom, chega de falar nisso. -----

Nesta semana, veio a público uma notícia que me deixou perplexo. É uma notícia que se refere às exportações, ou seja, àquilo que cada concelho do nordeste transmontano vende para o exterior. E os quadros eram referentes aos anos de 2013 a 2015. Vejamos: em 2015, no ranking do distrito, Bragança teve um montante de quinhentos e sessenta e quatro milhões de euros (564.000.000€) de exportações; aumento entre 2013 e 2015 de duzentos e setenta e oito por cento (278%). Vila Flor ficou em segundo lugar, com doze milhões de euros (12.000.000€) exportados; aumento de trinta e cinco por cento (35%). Mirandela ficou em terceiro, com onze vírgula oito milhões de euros (11.800.000€); aumento de vinte e dois por cento (22%). Macedo de Cavaleiros, oito vírgula três milhões (8.300.000€); aumento de cento e oitenta e cinco (185%). Miranda do Douro, sete milhões e cem mil (7.100.000€); aumento de nove por cento (9%). Alfândega da Fé, sete milhões (7.000.000€); aumento de duzentos e setenta e quatro (274%). Vinhais, um milhão e setecentos mil (1.700.000€); queda de sessenta e nove por cento (69%). Mogadouro, um milhão e cem mil (1.100.000€); aumento de setenta e nove por cento (79%). Carraceda, um milhão de euros (1.000.000€); aumento de duzentos e setenta e oito (278%). Freixo de Espada à Cinta, oitocentos e noventa mil euros (890.000€); queda de um vírgula nove (1,9%). Vimioso, quatrocentos e setenta e sete mil euros (477.000€); aumento de



quarenta e sete por cento (47%). Torre de Moncorvo, décimo segundo lugar do distrito, trezentos e noventa mil euros (390.000€); queda de vinte e cinco por cento (25%). Repare-se: último lugar na tabela. Na economia, tal como no futebol, já nem estamos no campeonato das aldeias, já estamos fora de tudo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço-lhe que termine, Sr. Deputado. Peço-lhe que termine, os dez minutos estão a ser esgotados. Não, conclua o seu pensamento, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Tenho que terminar? Pronto, termino já.-----

Obviamente que a culpa – dizia eu – da situação, é de todos nós, todos nós, cidadãos, somos nós os agentes económicos do concelho. A culpa não é da Câmara, nem desta nem de outra qualquer; a culpa é de todos nós, cidadãos, agentes económicos do concelho. -----

No entanto, eu recordo que durante muitos anos, a maior crítica, e a mais séria que eu ouvi fazer, nomeadamente pelo candidato Eng.º Florentino, a mais séria de todas as que vi fazer ao Presidente Aires Ferreira, e à Câmara dele, é que não desempenhava o papel que devia na promoção do desenvolvimento. No entanto, ao ver gastar tanto dinheiro e apregoar tanto o sucesso de tantas feiras nacionais e internacionais, ao ver tantos cursos e ações de empreendedorismo, ao constatar tantos apoios a associações de produtores e as referências nas Newsletters do Município a tantos projetos aprovados, ao ver tantos cursos de formação profissional e tantos empregos municipais de “faz de conta”, eu pergunto: será esta a melhor forma de atuar e ajudar ao desenvolvimento do concelho? -----

Eu tenho para mim que o futuro deste concelho passa essencialmente pelo turismo e pela cultura. Não turismo às cegas e uma cultura de fachada; não um turismo e uma cultura de passeatas, e festinhas, e mercadinhos, mas um turismo e uma cultura baseados na nossa ruralidade e na nossa agricultura, na nossa gente e na nossa paisagem. Não pode haver turismo e cultura numa terra que trata tão mal o seu património, o principal produto turístico, que é o património arquitetónico, com ruas e largos cheios de sinais de trânsito, num autêntico festival de poluição visual, ou com os anúncios publicitários mais incríveis pintados nas chapas de plástico... -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, tenho de lhe pedir mesmo que termine. Tem uma segunda volta, se quiser. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Certo, Sr. Presidente. Eu peço ao colega que acabe de ler. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz. ----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Ora, dois pontos: relativamente a esses três milhões e tal aí referidos, e vertidos nos documentos apresentados pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo que pude apurar, poderão vir a ser fator de possibilidade de maior apoio às Juntas de Freguesia na execução de acordos, correto? Isso será muito bom para o concelho. --
Outro ponto: vistas as coisas pelo que foi aqui dito, congratulo também o Município de Torre de Moncorvo por não aparecer na sondagem de transparência nos primeiros lugares, mas muito mais por não aparecer na imprensa regional na lista dos mais endividados e menos bons pagadores. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Sr. Deputado Júlio Andrade, relativamente a esses dados que nos trouxe, eu não posso concordar com eles, e parece-me que não são reais, ou então é a mesma empresa que fez o da transparência, porque, repare, eu tenho conhecimento de duas ou três empresas, que exportam para a vizinha Espanha material em Inox, mais de cento e cinquenta mil euros (150.000€), só em vendas, mas só em amêndoa, é vendida para Espanha mais de um milhão de euros (1.000.000€) por ano. Como é que é possível estes dados? Isto é impossível; estes dados são falsos, não podem ser verdadeiros. Enfim, são faturados, precisamente. -----

Outra coisa, em relação à Associação Cultural e Recreativa de Torre de Moncorvo, a preocupação da deputada Fátima Salvador é a preocupação de todos, e ainda mais da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo. Se eventualmente teve acesso aos estatutos, e se os tem na sua posse, se pretender entregá-los à Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, também para nós podermos analisar e saber o que está lá escrito, normalmente as associações podem reverter para as Juntas de Freguesia, quando entram em inatividade e poderá ser também um ponto de partida para que possamos fazer alguma coisa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tinha pedido? Peço desculpa, não estava registado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Manuel Martins. -----

-----**O Deputado António Manuel Martins:** Bom dia a todos.-----

A minha intervenção vai ser breve, mas queria congratular-me, em nome da Junta de Freguesia da Lousa, pela evolução que o Executivo deu ao processo de recuperação das

diversas ETAR's do concelho. Realmente, penso que isso, se não for transversal a todas as freguesias, é quase, mas eu conheço melhor a minha freguesia, obviamente, porque, realmente, os três grandes problemas que existem na Lousa são: o primeiro, que afeta também todas as freguesias do concelho, e também a todas as freguesias do interior de Portugal, que é a desertificação, e isso faz com que não haja pessoal nas freguesias. O segundo maior problema que existe na Lousa, são realmente, em termos de infraestruturas, as ETAR's.-----
Portanto, se nós as recuperarmos, se o Executivo as conseguir recuperar e fazer com que melhorem as condições, isso será ótimo. -----
Também, e já agora, eu questionava o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, quando é que – se é que já o sabe – quando é que estará prevista a execução destes trabalhos. -----
Também, e já agora, aproveitava para pedir ao Sr. Presidente para nos enviar o Plano de Defesa contra Incêndios para as Juntas de Freguesia. -----
É só. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** É só para complementar aqui a intervenção do meu colega: não só para a Junta de Freguesia, como também para a Assembleia, se esse Plano fosse facultado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Srs. Deputados. -----
Como eu ia dizendo, antes de passarmos à segunda volta, foi aqui referida a questão dos quarenta anos do Poder Local. Eu não quero contribuir para polémicas, o assunto já foi esclarecido com o Sr. Presidente da Câmara, mas quero informar os Srs. Deputados que o convite para estar presente, no dia 12 de dezembro, em Moncorvo, chegou às minhas mãos no dia 13. Portanto, não podia de forma nenhuma estar presente. É só essa informação. -----
Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para poder esclarecer estes assuntos.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. António Júlio Andrade, infraestruturas, que foi o primeiro passo que as autarquias fizeram: quando herdámos o país, o que necessitávamos era as infraestruturas básicas – era levar o saneamento a casa, era levar a água. Eu acho que a deputada Fátima Salvador ainda se lembra quando na Corredoura íamos uma vez por semana... exatamente. Portanto, também sabemos isso. -----
Agora, o nosso desafio qual é? É trazer investimento que fixe pessoas, e retirar aquilo que nós temos dos produtos endógenos. E falou muito bem, da cultura e do turismo. Agora, o que eu



não acho normal é que, por exemplo, Vila Flor seja o reflexo de uma única empresa, e esquecem-se de vir perguntar às cooperativas de produtores de amêndoa, de azeite e de vinho quanto é que exportam em Moncorvo. E esquecem-se que nós temos uma empresa em Torre de Moncorvo que é a única a servir vinho em primeira classe na Lufthansa, se calhar uma das melhores empresas aéreas a nível mundial. -----

Mas, para lhe dar a tão propalada manifestação de regozijo, tenho que ler outra vez o que disse o Dr. Manuel Machado: “entendemos que não tem credibilidade uma entidade privada vir atribuir um índice, estabelecer um ranking, sem ter uma base idónea fundamentada.” Isto é o Presidente da Associação Nacional de Municípios que diz, não sou eu. -----

E ainda bem que havia pelouros, ainda bem, porque eu, infelizmente, só me lembro de quando alguns funcionários eram postos de parte, a ler jornal, porque nem gabinete tinham, e outros diziam que não tinham gabinete para vir trabalhar. Esse era um problema. Essa é que era a falta de democracia. Dessas, ainda me lembro. -----

Agora, sinceramente, Sra. Deputada, estou com o meu gabinete de portas abertas para a receber a si, e a quem quiser, porque a RTM, acho que é mesmo algo que é endógeno de Torre de Moncorvo, é importante. E vou-lhe fazer uma inconfidência – que não é muito inconfidência: no início do meu mandato, havia uma proposta do Eng.º Aires Ferreira, para ser ele o Presidente da Direção da Associação Cultural. Foi-lhe negada. Portanto, os responsáveis que negaram que ele tivesse essa ocupação, agora também que tenham a coragem de o afirmar, por que é que negaram, porque nós estamos aqui de braços abertos para não sair de Torre de Moncorvo e para apoiar. -----

Quanto ao resto que o Sr. António Júlio Andrade disse, estou completamente de acordo. Mas, Sr. António Júlio Andrade, faltou isto: só no séc. XXI é que fizemos o saneamento da Macieirinha; só no séc. XXI é que fizemos a eletrificação para os agricultores – que o senhor diz que têm que ser apoiados – poderem ter acesso à eletricidade; só no séc. XXI é que estamos a fechar a requalificação das Unidades de Tratamento de Águas Residuais. Por exemplo, posso-lhe dizer que no Larinho, só no Larinho, temos aqui um investimento com mais freguesias, que vai quase ao meio milhão de euros (500.000€) para o fecho dos sistemas de águas residuais. Só no séc. XXI, foi só agora. Quando nos acusam de festas e festinhas, é este o investimento que nós queremos. -----

E respondendo já ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, já foi lançado o primeiro procedimento. O primeiro procedimento foi lançado, e teve a ver, por ordem de chegada: a requalificação da Unidade de Tratamento de Águas Residuais de Maçores, em primeiro; em segundo, o fecho do subsistema da Açoreira; em terceiro, a requalificação da Unidade de Tratamentos de Águas Residuais do Peredo; e em quarto, a requalificação da Unidade de Tratamento de Águas Residuais de Urros. Ou seja, vai ser primeiro o cordão de trás da serra,

num único procedimento, e depois os outros procedimentos que decorrerão em simultâneo, e que vos posso dizer mais alguns: por exemplo, depois é em Nozelos, Vide, Horta da Vilarça, a Junqueira, depois tem o Felgar, Souto da Velha, Moncorvo, os Estevais e o último – mas o último por necessidade de visto do Tribunal de Contas – a Cardanha. Mas, já está tudo a ser lançado. E esta é uma grande vitória para qualquer concelho. É chegar às pessoas da Macieirinha e perguntarem se não é bom poder ter as águas residuais à porta. Isso é que é. Agora, num ranking em que o vinho, o azeite e a amêndoa não contam, é difícil para nós, que somos os produtores, termos isto, porque, efetivamente, indústria propriamente dita, não temos. Não temos. Mas temos indústria de excelência. Ainda agora uma empresa do Concelho de Moncorvo ganhou uma requalificação de um centro comercial em Paris, e outra de um bairro residencial em Madeiras, para ir fazer. Foram falar com eles, contataram-nos. É isso que eu gostava também de saber. -----

Eu termino já, mas mais, porque o bísaro já temos à frente, mas mais, temos aqui outro sistema, que também é importante, e que eu pensei que falasse, porque é de Felgueiras: foi a única freguesia a ter um apoio de mais de cem mil euros (100.000€) para o regadio tradicional, e deve-se ao trabalho do Sr. Presidente da Junta de Felgueiras. O regadio tradicional foi para Felgueiras, ao contrário do que o Ministério da Agricultura queria, muitas vezes. E não andámos a propalá-lo aí, a dizer que tivemos o regadio tradicional em Felgueiras, mas o Sr. Presidente da Junta está aqui, pode dizer quanto é que vai contribuir, e quanto é que vai contribuir para Urros e para o Peredo a eletrificação rural do Douro: cento e cinquenta e nove pessoas diretamente envolvidas, e cento e nove indiretamente, a ter a eletricidade. E o regadio vai ser para toda a freguesia. Portanto, estamos a trabalhar também nisso.

Portanto, estes rankings, para mim, é o mesmo que nada; é o que me aparece na última página do Nordeste, dizer lá que Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Freixo de Espada à Cinta demoram mais de cem dias, e outros mais de duzentos. O que devia aparecer lá é que nós entrámos com trezentos e setenta e seis dias, e a DGAL diz agora que estamos com quinze. E isso é que nos permite ter estes três milhões (3.000.000€), como disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais, que nos permite alocar vinte por cento (20%) a investimento em Juntas de Freguesia. E no primeiro, que vocês tiveram acesso, aparecíamos lá com menos cinco milhões (5.000.000€); nem nos podíamos candidatar a nada. Portanto, é este trabalho também que tem que ser feito. -----

E agora, e peço desculpa por não ter sido a primeira coisa que disse, e para concluir, muitos parabéns por hoje fazer anos. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. -----

Vamos à segunda volta. Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor. -----



-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Obviamente que eu me congratulo com essas coisas, Sr. Presidente. O regadio de Felgueiras, fico ainda mais contente porque passados quase quarenta anos, vêm continuar aquilo por que eu me bati tanto, que foi o regadio de Felgueiras, que lá está, são quilómetros já de rede que estão lá. Portanto, ainda bem, nesse aspeto. -----

Sr. Presidente, é apenas boa vontade, preocupa-me o bem deste concelho. Se as estatísticas estão erradas, ou não, faça o favor de exigir que as desmintam, faça o favor, metam a questão, exijam em tribunal, isto ou aquilo, porque estas notícias vêm divulgadas nos jornais; eu não as invento. Se por acaso há essas empresas que vendem tanto em Moncorvo, e se não aparecem nas estatísticas, sei lá, será que fogem ao fisco? Eu já estou habituado a tudo. -----

Agora, e continuando, eu penso que, acima de tudo, nestas coisas... olhe, em tempos escrevi num jornal que podíamos andar vinte ou trinta anos – escrevi isso num jornal, o senhor lembre-se que também escreveu para ele – a fazer feirinhas de artesanato, mas ao fim de vinte ou trinta anos, nada fica acrescentado no desenvolvimento de Torre de Moncorvo. E verificou-se que eu tinha razão, e que não cresciam, não faziam crescer os fluxos turísticos. Tinha razão. Hoje, reafirmo a minha convicção, e continuo a dizer que os fluxos turísticos só crescem com a oferta de bons produtos. E aqui, torna-se essencial começar por definir quais são esses produtos, e se podem ser vendáveis, e como é que hão-de ser vendáveis. -----

E já agora, um simples exemplo: um destes dias telefonou-me um senhor de Alfândega da Fé, que mora em Braga, e que estava a apanhar um avião para ir para Israel, e disse-me: “Dei volta a meia Lisboa, e não consegui encontrar uma loja onde se vendessem amêndoas cobertas de Moncorvo.” Esse exemplo é bonito, porque eu tive um compadre, Norberto Moreira, e o pai dele, o Sr. Moreira, que certamente muitos de vocês conheceram, que tinha permanentemente aqui seis mulheres a trabalhar, a fazer amêndoas cobertas, e havia três pastelarias no Porto a vendê-las, e três em Lisboa. E nunca a estação de Celorico da Beira esteve sem haver ali amêndoas cobertas de Torre de Moncorvo. Claro que isso não compete à Câmara; compete aos empresários. Mas, é como na história da caça: à Câmara não compete atirar a perdiz, mas compete proporcionar as condições para que haja perdizes, e para que haja caça no concelho. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Gonçalves. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Eu vou só dizer aqui um aparte ao Sr. António Júlio: à Câmara também não compete tudo, Sr. António Júlio. Tenho amigos caçadores, para dar-lhe o exemplo da caça, que vão matar perdizes, mas criam perdizes, e vão

libertar perdigotos para o monte. Portanto, não pode ser só a Câmara a fazer tudo; é preciso haver empreendedores, é preciso pensar localmente, porque só assim conseguimos chegar a algo global. Se cada município e se cada pessoa fizer algo, e não esteja à espera que lhe caia um emprego da Câmara, que lhe caia uma perdiz do céu, que a Câmara lá vai meter, nunca mais vamos a lado nenhum. -----

Em relação à rádio – eu continuo com este tema da rádio, porque acho que, para mim, é muito urgente – eu proponha aqui uma votação: visto que as instalações onde estão a RTM, e onde está o Sporting, parte das associações, é do Município, eu proponha aqui uma votação. E visto que não foram apresentadas nenhuma contas, não há atas desde 2002 (eu tenho a certeza disso), também não se justifica que aquele espaço esteja dado à rádio. Portanto, que nós todos votássemos para que aquele espaço seja tirado à Associação Cultural de Torre de Moncorvo. –

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Não me parece adequado que haja uma votação da Assembleia nesse sentido. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Politicamente correto não é, mas eu não sou politicamente correta. -----

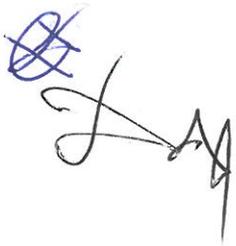
-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, acho que a Sra. Deputada pode fazer chegar à Câmara Municipal, que não carece de autorização da Assembleia Municipal... -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** A Câmara não pode fazer tudo. A Câmara, neste momento, não pode exigir àquela associação que saia dali. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, desculpe lá, agora tem que se calar, por favor. A Sra. Deputada pode fazer chegar um requerimento à Câmara Municipal, que se o entender, pode trazer à Assembleia Municipal, mas não me parece lógico, porque a Assembleia Municipal não tem qualquer tutela sobre o espaço em si. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Sr. Presidente, eu estou a trazer o assunto à Assembleia Municipal. Não trago documentos porque já vi que não vale a pena. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Já trouxe, Sra. Deputada, muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----



-----O **Deputado Luís João Fernandes Dias**: Os meus parabéns, mais uma vez, ao Executivo, já os dei na altura do Orçamento, a parte financeira é, sem dúvida, um espetáculo. Este Executivo fez um trabalho fantástico. Graças à diminuição do prazo médio de pagamento, de trezentos e setenta e dois dias para quinze, basta os Srs. Deputados se porem no lugar de um fornecedor de serviços ou bens, e pensar: “Bem, eu vou fornecer esta entidade, que me vai demorar um ano; o meu impacto de capital é tanto.” E por outro lado, tem outra Câmara que tem quinze dias como prazo médio de pagamento. O impacto de capital dessa empresa é praticamente nulo. O que é que isso faz? Faz com que não só este Município, juntamente com as Juntas, se possa candidatar a programas de ajuda estatal, mas também negociar melhores preços com esses fornecedores, porque a partir de agora esses fornecedores veem que o risco de eles ficarem empatados com aquele capital um ano, dois anos, é diminuído, fazendo, então, melhores ofertas na altura do concurso a que se estiverem a propor. -----

Na parte da economia, tudo bem, que os números não devem ser corretos, concordo com o meu colega José Meneses, não são corretos, também tenho conhecimento de alguns dados, e parece-me muito pouco, trezentos mil euros (300.000€) de exportação. Mas, é um facto que a economia – o Sr. Presidente também sublinhou que não temos indústria – é um facto que a economia deste Município não é vigorosa, não tem fulgor. O Município está a tentar, nota-se que está a tentar fazer alguma coisa por isso, mas é preciso mais. E esta Assembleia pede ao Executivo que tentem fazer um plano de promoção do concelho junto a investidores, para tentar criar, não só postos de trabalho, como produto, não para as estatísticas, mas sim para melhorar as condições de vida de quem cá trabalha, porque se tivermos gente a produzir, precisamos de gente para fornecer serviços: precisamos de hospitais, precisamos de escolas. Eu, quando estudei, há uma dúzia de anos, aqui no concelho, eram mil alunos, agora são trezentos; no hospital eram sete médicos, agora são três. Tudo tem vindo a diminuir em Moncorvo. A culpa é do Executivo? Acho que não; digamos assim, é a vida. -----

Mas, esta Assembleia, pelo menos este Grupo Partidário, tem este pedido ao Executivo, de elaborar um plano de promoção para investidores. Lembro-me, por exemplo, que o Sr. Presidente falou-nos, há um ano, quando foi à China, promoveu uma iniciativa nesse sentido. É esse tipo de atividades que convinha que o Município tentasse elaborar, de uma forma mais técnica, mais objetiva.-----

Para terminar, a parte da cultura: o órgão de tubos da igreja era um mito que existia na minha adolescência, que existia ali um órgão de tubos muito importante; nunca o ouvimos. Finalmente ouve-se, e acho que o Município deveria também promover mais esse órgão, e a cultura passar um bocado por promover aquele órgão, já que é uma peça importante, pelo que dizem – não sou da área, mas toda a gente diz que é importante. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tenho a certeza que o Município será sensível aos seus apelos. -----

Eu suponho que não há questões em aberto. Sr. Presidente, posso passar ao ponto seguinte? Então, muito rapidamente, faça favor de fazer os esclarecimentos. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito rápido, só para dar dois ou três esclarecimentos. -----

Primeiro, que me esqueci há bocadinho: efetivamente, o convite, eu soube pelos serviços administrativos que o convite em papel chegou ao Sr. Presidente da Assembleia um dia depois. -----

Houve um erro quando foi mandado com o e-mail, mas que foi enviado, e toda a gente pensava que estava, e eu fui surpreendido com o seu e-mail, soube. E portanto, não é o Presidente da Câmara, como devem saber, que envia os e-mails. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, eu disse que isso estava esclarecido; queria era informar, como é evidente. -----

-----**O Presidente da Câmara:** E eu também quis informar que faltou a parte do e-mail. Foi a parte da carta, mas esqueceu-se a parte do e-mail. -----

Dizer só que é preocupante o que a Sra. Deputada diz, da Associação Cultural. O teatro fazia parte da Associação Cultural, teve que sair, teve que sair para conseguir funcionar. Eu acho que nós temos que ter algum cuidado: é porque se entramos na justiça com isto, ou tomamos uma posição de força, podemos ficar sem a licença e nunca mais a termos. Portanto, temos que trabalhar isto com um bocadinho de cuidado. -----

Mas, dizer também que neste período foram vendidos dez lotes na zona industrial (há muito tempo que isto não acontecia), foi implementada uma nova empresa na zona industrial, para poder fazer obras de médio e grande porte em alumínio, e para exportação, que vai começar a funcionar na zona industrial. -----

E dar-vos só conta de outra situação: a Feira de Artesanato, eu vou dizer-vos como é que se passava a Feira de Artesanato, que eu também estava na Vereação: contratavam-se os artesãos, pagavam-se os alojamentos e a alimentação, e ficava-se com o produto que não fosse escoado. Hoje, na Feira Medieval, temos uma coisa diferente: é que as pessoas pagam o espaço, se quiserem vir, vêm promover, as associações do concelho promovem-se, e os levantamentos, nas estatísticas, são duzentos mil euros (200.000€) em três dias, de levantamento nos multibancos, o que quer dizer que ficam para cá, não vêm a Moncorvo levantar o dinheiro para levar para lá. Esta é também a diferença. -----

Dizer-vos também que a Dra. Adília Fernandes e o Prof. Vasco Rodrigues estão a fazer um levantamento sobre o Pelourinho de Torre de Moncorvo, porque é intenção deste Executivo ter um projeto pronto para, tal como apareceu no livro de Duarte de Armas, ser colocado na Praça Francisco Meireles – na Praça, não, ao lado da Praça Francisco Meireles – onde sempre devia ter estado, e recuperarmos o que está aí, às vezes não muito bem tratado em termos culturais, e eu acho que isso é importante. -----

Dizer que foi dado o nome, por deliberação camarária, do Padre José Gomes da Costa, cofundador dos Vicentinos, à Praça que vai surgir entre os dois complexos de habitação social, na Armando Martins Janeira e no antigo bairro social. Foi dado o nome também do Dr. Sobral Martins à rua que vem do complexo desportivo até à Avenida das Amendoeiras, Olival das Bolas, por deliberação da Câmara. E por deliberação da Associação de Municípios do Baixo Sabor, foi dado à ponte que liga a Freguesia do Larinho à União de Freguesias da Adeganha e Cardanha, a essa ponte foi dado o nome do Eng.º Fernando Aires Ferreira. É também para vos dar essa informação. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **apreciou a “Informação escrita do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e Financeira do Município”**.-----

PONTO 2 — APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO EM REGIME DE CONTA CORRENTE – CURTO PRAZO – RATIFICAÇÃO.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, quer-nos explicar, grosso modo? -----

-----**O Presidente da Câmara:** A aprovação das cláusulas contratuais, já foram aprovadas aqui, Sr. Presidente; veio só o nome das entidades. Nós aprovámos a minuta; agora vem com o nome das entidades, que é obrigatório ratificar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Esta Assembleia tem que votar isto, Sr. Camisa? -----
Vamos, então, fazer a votação. Sim, o empréstimo é empréstimo de conta corrente, é normal,
faz-se em dezembro, salvo erro. Muito bem. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do
artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade ratificar** a
deliberação da Câmara Municipal que aprovou as “**Cláusulas Contratuais do Contrato de
Empréstimo em Regime de Conta Corrente – Curto Prazo**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRE DE MONCORVO – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2016.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Isto é que não precisa ser votado,
certo? Isto é apenas para apreciação. Vem para apreciação, não vem para votação. Sr.
Presidente, quer fazer uma intervenção sobre o assunto? -----

-----**O Presidente da Câmara:** Não, é o que está; aliás, eu nem faço parte da Comissão, da
CPCJ, é só o relatório que traz...-----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço desculpa, vamos pôr um ponto de ordem: se alguém quer
fazer uma intervenção, faça favor. Se ninguém intervier, então a Assembleia Municipal tomou
conhecimento.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º2 do
artigo 18.º da Lei n.º 147/99 **apreciou** o “**Relatório de Atividades da Comissão de Proteção
de Crianças e Jovens (CPCJ) de Torre de Moncorvo do ano de 2016**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Esta situação, Sr. Presidente, foi aquela que já foi analisada também, que foi aberto o concurso para o Revisor Oficial de Contas, e vem aqui a sociedade que ganhou, foi a Fernando Peixinho & José Lima – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Foi a que ganhou porque foi a única que respondeu. Relativamente a isto, obviamente isto nós temos de votar, porque é para aprovar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **nomeou** nos termos da competência prevista no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, de acordo com a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião realizada em 6 de fevereiro de 2017, a **Sociedade de Revisores de Contas “Fernando Peixinho & José Lima – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.” por maioria com 24 votos a favor, 1 Abstenção (do deputado António Júlio Andrade (PS)).**-----

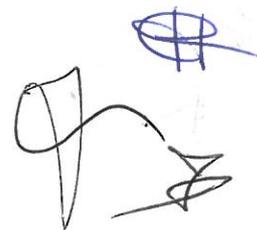
-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 5 — ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE CARVIÇAIS.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS) e **Maria de Fátima Salvador Gonçalves** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Esta situação, Sr. Presidente, veio com a necessidade, tem que ser com um acordo de execução, que tem a ver com uma reunião que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia teve com a Direção do Centro de Saúde, em que lhe foi relatado que havia falta de condições no Centro de Saúde para o médico e o enfermeiro laborarem. O Centro, nós não mudámos, é o mesmo, é o mesmo local, só para saberem. Aliás, está aqui a Enfermeira Helena, que deve conhecer melhor do que eu as condições. -----



A verdade é que necessitavam de três ares condicionados, e temos que trazer à Assembleia Municipal, porque é um acordo de execução com a Junta de Freguesia. O valor, serão cerca de dois mil euros (2.000€), para adaptarmos à exigência que o Centro de Saúde pretende. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sra. Deputada, tem que se inscrever para falar. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz.-----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Bom, relativamente a este assunto, eu tenho umas considerações a apresentar. -----

Como é do conhecimento de todos, em Carviçais há um Posto Médico, que é uma Extensão do Centro de Saúde de Moncorvo, na qual estão inscritos cerca de oitocentos utentes – aliás, como já referi numa Assembleia anterior – sendo, portanto, um serviço público do nosso Concelho de Torre de Moncorvo. -----

Agora, o que acontece é o seguinte: eu, pessoalmente, que resido em Carviçais há vinte e cinco anos, sempre me lembro de funcionarem ali nas instalações da Junta de Freguesia esse serviço de saúde, só que com algumas diferenças nos profissionais envolvidos. E aqui, honra e louvor seja feito ao Dr. Salgado e à Enfermeira Helena, por todo o seu empenho e dedicação ao longo destes anos todos. E o funcionamento sempre decorreu sem grandes problemas nestes anos todos. A partir do momento em que começa a dar-se a sua falta, do Doutor, as intenções, as ideias, ou sei lá o quê, começam a surgir, e sempre na confrontação de ameaças e entraves. Primeiro, para a não ida do médico lá, e posteriormente, depois da substituição efetuada – e diga-se, bem conseguida, com a Dra. Galina, pois conseguiu-se voltar ao atendimento médico em função dos utentes, e não dos horários – surgem, então, outros problemas. -----

Segundo, possivelmente, de quem nunca teve voz ativa no assunto, e que com estas mudanças ocorridas, ganha um estatuto e passa a opinar e a influenciar, de certa forma, as entidades gestoras, com mais uma ameaça de encerramento, com a limpeza, que não podem lá ir daqui do Centro fazê-la, por causa dos custos. A Junta resolveu, e está a assegurar a limpeza. -----

Terceiro: agora, como este ano foi um ano deveras muito mais frio que os anteriores, surge a nova confrontação de deixarem de lá ir, encerramento por falta de condições de aquecimento, e algumas obras, havendo inclusive, por parte de trabalhadores, o incitar os utentes a protestarem essas mesmas faltas. Fui, então, chamado a uma reunião com a Direção do Centro de Saúde, e mais uma vez se conseguiu solucionar com a colocação de três aparelhos de ar condicionado nas instalações (no documento vem referido dois, mas são pedidos três, deve ser um lapso qualquer): um no gabinete do médico, um no da enfermeira, e um no dos

utentes, que também têm o seu merecimento. Mais: a realização de algumas obras de conservação, as quais já tive o cuidado de agendar com a Doutora que se encontra lá. -----
Face a isto, e tratando-se de um serviço público do Concelho de Torre de Moncorvo, pediu-se o apoio ao Município para a aquisição dos referidos aparelhos, o qual desde já agradecemos, a todo o Executivo, pela colaboração e disponibilidade. Deixo também aqui o agradecimento a esta Assembleia pela compreensão, colaboração e o apoio, certamente, na resolução deste assunto de todos nós, pois acima de tudo trata-se de um assunto deste nosso concelho. -----
Da parte da Junta de Carviçais, enquanto este Executivo atual se mantiver, tudo faremos para contribuir para a sua manutenção em funcionamento, nomeadamente, se necessário for, a cedência da nossa administrativa para auxílio aos profissionais de saúde.-----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Gonçalves. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Se a autarquia vai ajudar na aquisição dos aparelhos, eu podia perguntar se houve concurso público, porque não tenho acesso a esses documentos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pelos vistos, houve pelo menos uma consulta. Eu acho que não são necessários os documentos; nós acreditamos, com certeza, que isto foi assim. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Sim, eu não estou a pôr em causa, eu acredito. Estou só a perguntar se houve concurso público, e quantas entidades... -----

-----**O Presidente da Câmara:** Foram convidadas três, de Moncorvo. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Mas, é por convite? -----

-----**O Presidente da Câmara:** Neste, o valor é baixo, é por convite. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Está bem, nessa parte não sei. Também não sei tudo. -----

Há outra coisa que eu também queria, que eu devia ter referido isto no início, e acho que já referi aqui, na primeira vez que estive aqui, ainda como suplente: nas atas aparece "Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS)". Eu estou na Bancada do PS, mas eu já renunciei ao Partido Socialista em 2013. Eu considero-me aqui independente. -----



-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, esse é um assunto que vai ter que resolver com os serviços. Muito obrigado. Sr. Deputado, essa é a segunda volta. Vou pedir ao Sr. Presidente para responder a estas questões, e depois passaremos a uma segunda ronda. Sr. Presidente, faça favor. Muito bem, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz.-----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Era só para reforçar, que me passou aqui, a questão dos oitocentos utentes. Os oitocentos utentes que têm o Posto Médico de Carviçais na sua Extensão daqui de Torre de Moncorvo, são de Carviçais, de Mós, e muitos de Moncorvo. Portanto, não é só Carviçais. Portanto, são cerca de oitocentos utentes, que no caso de um dia vir a haver o encerramento das instalações, virão, de certa forma, entre aspas, “entupir” aqui Moncorvo, porque eles têm que ser atendidos em algum lado. -----
E deixo também aqui uma consideração às pessoas que estão à frente destas coisas, que deviam ter um mínimo de consciência e zelar pelos interesses públicos do concelho, e não deixar fugir as coisas, que basta bem aquelas que nos tiram, e que não temos hipótese de dar a volta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. Prescindiu? Muito obrigado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, autorizar** a Câmara Municipal a celebrar o **“Acordo de Colaboração com a Junta de Freguesia de Carviçais”** para colocação de 3 aparelhos de ar condicionado no Posto Médico da Freguesia. -

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — ADESÃO AO AGRUPAMENTO DE PRODUTORES DE CARNE DE PORCO BÍSARO.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **Maria de Fátima Salvador Gonçalves** (PS), **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS), **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS) e **António Júlio Andrade** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu serei muito breve, Sr. Presidente. -----

Os Concelhos de Vinhais e Mogadouro disputavam entre eles qual era o principal produtor de carne de porco bísaro. E decidiu-se fazer um Agrupamento de Produtores de Carne de Porco Bísaro, que vai ter sede em Vinhais, e que foi proposto, uma vez que nós também temos criadores de porco bísaro em Moncorvo, foi proposto que tivéssemos uma comparticipação no montante de quinhentos euros (500€), e uma joia de mil e seiscentos euros (1.600€). Eu penso que tendo nós um produtor em Torre de Moncorvo, estando ele interessado em fazer parte do Agrupamento, não me parece que seja por dois mil e cem euros (2.100€) que a Câmara fique mais pobre, ou o Executivo, ou o Município, e que ele possa estar integrado nesta rede de agrupamentos, que vai ter certamente vantagens para todos os produtores de porco bísaro. --- Basicamente, o que a Câmara pretende é que seja dada a aprovação para podermos integrar o capital social deste Agrupamento, para o nosso produtor também poder estar integrado de pleno direito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Gonçalves. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Quem é o produtor? -----

-----**O Presidente da Câmara:** É um senhor que tem ali uma exploração, entre a Lousa e Vilarinho do Castanheiro. -----

-----**A Deputada Maria de Fátima Salvador Gonçalves:** Imagine, Sr. Presidente, se todos os produtores – seja lá do quê, de ovelhas, disto e daquilo – que se querem associar a alguma associação de carne, ou seja lá o que o valha, vêm à Câmara. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu peço que não entrem em diálogo. A Sra. Deputada faz a sua exposição, o Sr. Presidente depois responde, por favor. Deixa a pergunta em aberto, e depois o Presidente responderá. Muito obrigado. Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Moncorvo já foi pioneiro em Agrupamentos de outras espécies pecuárias, e de outros produtos também agrícolas. É mais um, é uma raça autóctone, a única que temos no interior norte. Acho muito bem que seja promovida. Sei que há problemas legais com a marca “bísaro”, que pertence a uma empresa. Se calhar este

Agrupamento de Produtores também serve para lutar contra essa empresa na titularidade desta marca “bísaro”. Acho muito bem que a Câmara promova, não só a raça, como ajude esse produtor, um ator económico deste Município que dá emprego – não sei quanto emprego é que dará, mas dá emprego; acho que são quatro ou cinco pessoas da Lousa, pelo que me disseram, e de Urros são duas, que eu conheço. Por isso, ainda bem que se ajuda gente que trabalha. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Só aqui uma pequena lembrança, no que diz respeito ao Sr. Deputado Luís João: não é a única raça autóctone, atenção; temos a churra, com o solar da raça, em Torre de Moncorvo. Não, mas falando que não é só o porco, atenção.-

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** No fundo, aqui o que se quer fazer é conseguir que haja entidades – por exemplo, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto Politécnico de Bragança também estarão connosco. No fundo, o que querem é que haja entidades que se associem a este projeto, para que os produtores possam, de alguma forma, desenvolver. A Câmara não vai dar mais do que estes dois mil e cem euros (2.100€) para se constituírem, mas a Universidade de Trás-os-Montes, por exemplo, e o Instituto Politécnico, vão trabalhar, quer com a Secção de Veterinária, quer com a Secção de Zootecnia, com estes produtores. No fundo, é isso que vamos fazer. -----

O que é que nós fizemos, por exemplo, e há bocadinho falámos da amêndoa: foi a Câmara também que esteve com o Gabinete de Investidor da Câmara, por trás de todo o processo para sermos considerados uma IGP, que já foi aprovada na União Europeia. -----

Esta é, no fundo, fazer o quê? Fazer com que os projetos que possam ser alavancados por particulares tenham também um apoio institucional. Basicamente é este o nosso interesse. Eu entendo que por este valor, com seis postos de trabalho, é de estarmos presentes. Mas, cada um terá a sua opinião. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Já lhe dou a palavra, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Plenamente de acordo, Sr. Presidente. -----

E já agora, recordo-me perfeitamente de quando fui à primeira Feira de Vinhais, estávamos aqui exatamente na Feira do Artesanato de Moncorvo, e comentando, eu dizia: “Estes indivíduos estão a aproveitar, em Vinhais, começaram uma brincadeira com os porcos, estão a aproveitar os recursos endógenos. Se prosseguirem neste caminho, vão ter sucesso.” E de facto, é o que se está a ver. É um belo exemplo para nós copiarmos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. A Sra. Deputada Fátima Gonçalves saiu, e portanto, vamos continuar. Não sei se tem alguma coisa a dizer, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, **deliberou por maioria com 24 votos a favor, 1 Abstenção (do deputado José Manuel Rodrigues Aires (PS)), de acordo com a proposta do órgão executivo aprovada em reunião realizada no dia 17 de fevereiro de 2017, adquirir “uma participação no capital social do Agrupamento de Produtores de Carne de Porco Bísaro”, no montante de 500,00€ e da comparticipação com a joia de 1.600,00€.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(José Mário Leite)

1.ª Secretária da Mesa,



(Cristina Trindade)

2.º Secretário da Mesa,



(João Leonardo)